

## AS NOMEAÇÕES EM DIFERENTES GÊNEROS TEXTUAIS

MÔNICA MAGALHÃES CAVALCANTE  
UFC

**ABSTRACT:** In this paper we analyse, in the light of the relation between formal and semantic-pragmatic criteria, some contexts in which more often occurs the process of nominalization by anaphoric and discursive deictic elements. We aim at relating some subsets of nominalizing expressions to the various functions they can perform in written texts.

### INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisamos, a partir da relação entre critérios formais e semântico-pragmáticos, alguns contextos em que mais frequentemente se instauram os processos de nomeação anafórica e dêitico-discursiva. A nomeação, que consiste numa operação de encapsulamento de porções textuais de extensão variada, desempenha um importante papel de organização de informações no discurso, bem como, às vezes, de veiculação de conteúdos de valor axiológico (cf. Conte, 1986). Por essa estratégia textualizadora (Koch, 1997), as “informações-suporte” (cf. Apothéloz; Chanet, 1997), que se encontram difundidas no cotexto anterior ou posterior, são erigidas em referentes, os quais não apresentam, no universo discursivo, antecedentes pontualmente delimitáveis. Nosso propósito é relacionar certos subtipos de expressões nomeadoras a diferentes funções discursivas que elas desempenham em gêneros textuais escritos.

### AS DIFERENTES FORMAS DA NOMEAÇÃO

O que Apothéloz e Chanet (1997) tratam por “nominalização” – e que estamos designando como *nomeação* – pode expressar-se por meio de recursos lingüísticos distintos:

- por pronomes substantivos demonstrativos, como em:

(1) “Cardoso (1994,1995 e 1996), a partir da análise de produções orais, defende que ao contrário do que prega a tradição, o demonstrativo não tem por função apontar para

objetos ou fatos envolvidos na situação imediata de comunicação. Mais que isso, os demonstrativos introduzem pressuposições no discurso cuja interpretação é condicionada ao conhecimento partilhado dos falantes.” (artigo científico)

- por sintagmas nominais introduzidos por artigo definido, como:  
(2) “O trabalho (...) focaliza as dimensões contextual e causal dos verbos predicadores benefactivos, quer em sua acepção básica, quer em suas incursões metafóricas”. (resumo acadêmico).
- por sintagmas nominais assinalados por demonstrativos, advérbios ou outras formas indiciais equivalentes, como nas seguintes ocorrências:

(3) “Nos últimos seis anos, 454 empresas industriais, nacionais e estrangeiras, se instalaram no estado. Essa revoada propiciou investimentos de US\$ 5,4 bilhões (...)” (CL02 – Carta ao Leitor).

(4) “Nesta ocasião abordaremos os seguintes pontos de pauta: (...)” (C008 – Carta Oficial).

Conforme sugerem Apothéloz e Chanet (1997), em caso de nomeações manifestadas por SNs, várias alternativas são ainda possíveis, dependendo do item lexical selecionado pelo falante, que pode consistir de:

- um nome morfológicamente derivado de um verbo da proposição que forneceu as informações-suporte, como *alegar – a alegação; afirmar – essa afirmação; recomendar – tal recomendação* etc; ou uma forma supletiva (à falta de um correspondente na língua), como em *o sono, o medo, este encargo* etc.;
- um nome que evidencie o valor ilocutório ou perlocutório da enunciação, como em *o aviso, essa explicação, este comentário* etc.;
- um nome que transforme processos específicos em processos genéricos, como em *essa tarefa, a análise, esta distinção* etc;
- um nome que exprima juízo de valor, como em *essa desculpa, este preconceito, esse erro de interpretação* etc.

Verificamos, em estudo anterior (cf. Cavalcante, 2001), que as nomeações realizadas por pronomes, diferentemente das que se materializam por sintagmas nominais, permitem ao falante despender pouco esforço cognitivo, uma vez que não precisará escolher o nome que designe mais apropriadamente suas intenções comunicativas. Assim, quando em interações de processamento *on line*, por exemplo, ou quando simplesmente não se pretende acrescentar nenhum conteúdo argumentativo, como em (5), abaixo, parece ser mais cômodo, dado o alto grau de genericidade, empregar apenas uma pro-forma resumidora:

(5) É aquela posição subumana do condenado que prefere omitir-se sobre a injustiça da pena que lhe foi imposta, por temor de que a simples discussão possa agravá-la ainda

mais. Quando se transporta isso para o âmbito de uma nação (...). (editorial – jornal *O Povo*, 4/9/00).

Já as nomeações realizadas por SNs correspondem ao que Francis (1994) vem denominando como “rótulos”, e nem sempre cumprem um papel meramente sumarizador. Conte (1996) defende precisamente o contrário: que essas expressões rotuladoras exercem função principalmente argumentativa. Pelo exame de nossos dados, verificamos, porém, que, dependendo do gênero e dos propósitos comunicativos do falante, os rótulos são empregados, muitas vezes, apenas para encapsular informações.

## **A NOMEAÇÃO E OS PARÂMETROS DE DEITICIDADE E DE REFERENCIALIDADE**

Temos postulado que as nomeações expressas por rótulos podem ser de duas espécies: a) quando comportam elementos dêiticos, como demonstrativos e advérbios, assumem as características de dêiticos discursivos, conforme se pode ver nos exemplos (3) e (4); b) quando são introduzidas por artigos definidos, são anafóricos de remissão não-pontual, como no exemplo (2).

Em Cavalcante (2000), argumentamos que todo dêitico discursivo só poderia merecer tal designação se carregasse consigo algum traço que estabelecesse vínculo com as coordenadas dêiticas da enunciação. Do contrário, poderia perfeitamente ser enquadrado entre os anafóricos, porque lhe restaria apenas a função da referencialidade, peculiar a qualquer fenômeno de anáfora.

Sob tal perspectiva, nem todas as nomeações pronominais, conforme mostram nossos dados, conquanto sejam sempre formalizadas por demonstrativos ou por advérbios, configuram, em todas as situações, um caso de dêixis discursiva, necessariamente. Um dos casos que apontam nessa direção é o do demonstrativo *o*, recurso a que freqüentemente se recorre para recapitular, por aposição, proposições inteiras. Exemplo:

(6) “Nela estes lapsos ocorrem, talvez pela influência da opção narrativa do começo do texto (discurso direto), sendo corrigida (rasurada) logo em seguida, pois nenhum acréscimo na entrelinha é feito, o que nos leva a suspeitar que estes consertos são realizados no momento em que são escritos.” (artigo científico)

Veja-se que, neste caso, o pronome não assinala o ponto de referência dêitico do falante ou do interlocutor, e não deve ser tratado, por isso, como um *dêitico*.

Do mesmo modo que o demonstrativo *o*, o advérbio *assim*, bem como os demonstrativos *tal* e *semelhante*, não implicam a presença do falante, embora dirijam o foco de atenção do destinatário para as proposições destacadas, o que lhes confere algum grau de deiticidade. Exemplo:

(7) “Essa última interpretação, perfeitamente possível, está condicionada a fatores discursivos, uma vez que permite perceber uma estreita relação entre as duas proposições, como se ambas tivessem a mesma significação, no sentido de que dizer que as lideranças devem encontrar formas para conviver... é dizer que para que tal fato ocorra necessita-se de entendimento, de modo que um fato implica outro.”

Outros casos, apesar de serem reconhecidos na literatura como *dêiticos textuais* (cf. Apothéloz, 1995), não devem ser entendidos propriamente como nomeações. Enquadram-se aqui certas expressões adverbiais como *abaixo*, *acima*, *anteriormente*, *a seguir* etc. São dêiticas porque pressupõem a posição da última enunciação do falante; e porque dirigem a atenção dos interlocutores para lugares específicos no texto. Mas não encapsulam; são meros organizadores textuais e, por isso mesmo, exercem a importante função de localizar conteúdos na linearidade do texto, como se pode perceber pelo exemplo:

(8) “Para comprovar a idéia de que o pronome não introduz um elemento totalmente novo, a autora apresenta um exemplo no qual existe apenas co-referência textual, mas cujos referentes são distintos, como se vê abaixo: (...)” (artigo científico)

Note-se o comportamento exclusivamente “sinalizador” (para utilizar o termo de Koch, 1997), e não exatamente resumidor, de “abaixo”. Expressões assim simplesmente apontam para posições na superfície textual; operam, pois, como dêiticos no espaço físico metaforizado do texto, mas não exercem primordialmente uma função referencial. Diferentemente dos demonstrativos, que transportam informação velha para o discurso, algumas dessas formas, quando em uso catafórico, como em (8), indicam a introdução de novas proposições.

Chamamos a atenção, ainda, para o advérbio *aqui*, que pode sumarizar todo o conteúdo do texto, representando-o por inteiro, como em (9):

(9) “Pretendemos, aqui, analisar casos evidentes de reelaboração textual, onde a criança, a partir de um confronto com a sua própria expressão escrita, insiste em acertar a ortografia correta de um termo, ou na preocupação estrutural do texto que cria.” (artigo científico)

Exemplos dessa natureza, que encontram correspondentes também entre sintagmas nominais rotuladores, do tipo *este trabalho*, *este estudo*, *a pesquisa*, etc., se diferenciam de todos os demais porque remetem ao discurso como um todo, não a segmentos dele. Além disso, acumulam ainda uma remissão ao espaço físico real da comunicação, na medida em que marcam o ponto de referência do falante.

Por fim, outro comportamento peculiar de certos nomeadores é o das formas seqüenciais (Koch, 1997), pronominais e nominais, como *por isso*, *além disso*, *nesse sentido*, etc., que apresentam função, por assim dizer, “menos referencial” do que a dos demais subtipos. Com efeito, o objetivo dessas formas é muito mais fazer o texto avançar, promovendo a articulação temática, do que encapsular informações.

Como vemos, há nomeações com graus variados de deiticidade (subjetividade) e – curiosamente - de referencialidade também, os dois parâmetros que nos parecem definir a dêixis discursiva.

## FUNÇÕES COGNITIVO-DISCURSIVAS DAS NOMEAÇÕES

As nomeações realizadas por SNs (rótulos) são sempre tratadas como “anafóricas”, mas, na maioria dos casos, são dêitico-discursivas. Acreditamos que as funções executadas por um ou outro tipo divergem em aspectos importantes, não somente pelo jogo de *flashes* acionado pelo contraste no discurso entre procedimento dêitico e procedimento anafórico (ver Ehlich, 1982), mas também pelas condições de saliência, dentro do “universo mostrado” (cf. Ducrot, 1977), impostas pelo uso do demonstrativo.

As pesquisas que tratam de nomeações e de rótulos têm negligenciado essa distinção, que julgamos relevante, na medida em que ela aponta para um outro tipo de função textual, que não a de encapsulamento, comum a ambos os casos. A diferença se estabelece a partir de uma função cognitiva de (re)focalização de conteúdos. Koch (2001) sugere três funções desempenhadas pelas formas referenciais nominais no texto:

- a *cognitiva*, pela qual elementos previamente introduzidos no cotexto são reativados, por uma estratégia de (re)focalização na memória operacional do interlocutor;
- a de *encapsulamento* ou *sumarização*, que, junto com o traço formal de realizar-se por SNs, compõe a própria definição de rótulos; e
- a de *organização textual*, pela qual o falante sinaliza para o interlocutor que está passando de um estágio a outro de sua argumentação. Como observa a autora, as expressões rotuladoras

*possuem, portanto, uma importante função na introdução, mudança ou desvio de tópico, bem como de ligação entre tópicos e subtópicos. Ou seja, elas introduzem mudanças ou desvios do tópico, preservando, contudo, a continuidade tópica, ao alocarem a informação nova dentro do quadro da informação dada. Desta forma, são responsáveis simultaneamente pelos dois grandes movimentos de construção textual: retroação e progressão. (Koch, 2001:4)*

O procedimento dêitico dos rótulos com demonstrativo é, dessa forma, responsável pela (re)focalização de conteúdos difundidos no contexto e pelo monitoramento da atenção dos interlocutores, razão por que reiteramos a necessidade de se aprofundarem os estudos sobre o contraste entre os papéis discursivos dos determinantes definidos e demonstrativos nessas expressões referenciais.

Trabalhos recentes de Koch (2001) e Zamponi (2001; ver também Cavalcante, 2001) têm se ocupado da descrição dos contextos que favorecem o emprego ora do definido, ora do demonstrativo nas expressões nominais de modo geral. Tem-se constatado que, embora as duas formas sejam intercambiáveis na maioria das ocorrências, há casos em que, de fato, a substituição não parece aceitável, como em:

(10) “Nesse sentido, o trabalho do locutor (na fala ou na escrita) é sempre um trabalho conjunto, embora materialmente realizado por um indivíduo, revelando um movimento contínuo e recursivo inter-intra-individual.

Além destes fatores, as interações narrativas em contextos instrucionais de ensino têm despertado o interesse de estudiosos (...)” (artigo científico)

Compare-se:

\* Além dos fatores, as interações narrativas em contextos instrucionais de ensino têm despertado o interesse de estudiosos (...)”

Pela particularidade de resumirem informações do contexto, as nomeações têm sempre estatuto de novas, de velhas para o destinatário, de vez que, ao sumariá-las com uma forma definida, o falante reconhece o conteúdo como sendo compartilhado. Mas as expressões nomeadoras podem apresentar, em várias ocorrências, o estatuto de novas para o discurso e, em outras, o estatuto de velhas. Tomamos por base a proposta de Prince (1992), segundo a qual o referente pode ser novo/velho com relação às crenças do falante sobre os conhecimentos do ouvinte; ou novo/velho com relação à sua condição de conteúdo recentemente introduzido ou apenas mantido no modelo discursivo criado.

A partir desse pressuposto, diremos que, no que respeita ao modelo de discurso construído na interação, as nomeações, sempre que forem manifestadas por pronomes substantivos demonstrativos, embora se baseiem em informações velhas, anteriormente explicitadas, estabelecem um referente novo no discurso. Chamamos atenção, aqui, para o equívoco, por vezes encontrado na literatura sobre estatuto informacional, de se confundir “informação nova” com “referente novo”, tomando-se um pelo outro.

Uma nomeação pronominal, como *isso*, *isto*, tem sempre o estatuto de velha, porque não acrescenta, por sua própria descrição formal, nenhuma informação nova ao discurso. Todavia, exatamente por se tratar de nomeações, que se descrevem por erigirem em referentes informações difusas no contexto, elas introduzem, por definição, referentes novos no discurso. É o que ocorre em (11), abaixo, tanto com o *isso*, quanto com o zero (∅):

(11) O departamento continua no mesmo lugar, eu fiz o exame de qualificação no dia 29 de novembro, isso me tomou algum tempo mas agora ∅ já passou. (carta pessoal entre amigos)

Por outro lado, as nomeações, quando manifestadas por sintagmas nominais, são novas, conforme argumenta Conte (1996), por dois motivos: primeiro, porque, enquanto itens lexicais e enquanto referentes, ainda não ocorreram no contexto; segundo, porque, muitas vezes, sob a base de uma informação dada, é adicionado um valor axiológico. Em outras palavras, podemos afirmar que as nomeações por SNs (rótulos) sempre introduzem referentes novos no discurso, mas nem toda vida adicionam efetivamente informações novas. A informação será velha se apenas sumariar o conteúdo difuso no texto; será nova se, além de resumir, acrescentar ao conteúdo algum

traço avaliativo. Observe-se que o rótulo, em (12), simplesmente encapsula as informações-suporte com um nome de natureza metalingüística, ao contrário do rótulo em (13), que comporta um ponto de vista do enunciador:

(12) “Condenado pelos tribunais da Inquisição por ter afirmado que a Terra se move em torno do Sol, Galileu Galilei, um dos grandes gênios da revolução científica do século 17, foi obrigado a negar suas idéias. No momento em que se retratava em voz alta, ele teria dito, bem baixinho, para ninguém ouvir, “Eppur si muove” (No entanto, ela se move), referindo-se à Terra.

Lembrei  dessa história (DD-rótulo) em minha primeira reunião com a equipe (...)” (CL06 – Carta ao Leitor)

(13) “Foram esses homens que Gudin identificaria como ordinários, que elevaram a nossa dívida externa de 60 bilhões para 600 bilhões de dólares, e a dívida interna de 100 bilhões para 300 bilhões de dólares. Foi esse endividamento irresponsável, ao lado da corrupção, que levou o País e o seu povo ao estado de pobreza e miséria que os assola e angustia. (editorial – jornal *O Povo*, 4/9/00).

Note-se o importante papel das nomeações rotuladoras na hierarquização semântica do texto, organizando as subunidades temáticas e preparando o terreno para novas predicções. Poderíamos, até esta primeira etapa da pesquisa, dividir as nomeações que constituem rótulos em três grandes grupos:

1) as que contêm valores axiológicos e desempenham uma função dupla, referencial e atributiva, ou de “tematização remática” (ver Koch, 2001 e Marcuschi, 2000), conduzindo informações velhas e novas, e introduzindo um referente novo no discurso, como em (13) acima e como no exemplo seguinte:

(14) “Mais uma vez o governo lavra um tento em sua forma de administrar a Nação: o problema deixa de existir pelo simples fato de considerar-se encerrado. O mais surpreendente é que essa estratégia de governar, com a retórica – ou o silêncio – substituindo a solução dos problemas, parece dar certo.” (editorial – jornal *O Povo*, 4/9/00)

2) as que, não conduzindo elementos avaliativos, se diferenciam pelo tipo de nome rotulador; variam segundo a espécie de classificação que realizam e segundo o grau de genericidade do hiperônimo empregado. É o caso de (14) acima e dos nomes “de processo mental”, como em *o pensamento*; ou dos nomes “metalingüísticos”, como em *essa frase*; ou dos nomes “de atividade lingüística”, como em *esta denúncia* (ver esta subclassificação em Francis, 1994).

3) as que portam um rótulo tão genérico que se aproximam dos pronomes, e não têm, em vista disso, nem função avaliativa, como no primeiro grupo, e nem função classificadora, por vezes metalingüística, como no segundo grupo. Aproximam-se

daquilo que Halliday e Hasan (1973) denominaram de *nomes gerais*, como *essa coisa*, *esse negócio* etc.

Cumpra descrever ainda, na próxima fase desta investigação, os traços lexicais dos nomes rotuladores a fim de subagrupá-los segundo parâmetros semânticos mais definidos.

## AS NOMEAÇÕES EM GÊNEROS TEXTUAIS DISTINTOS

Realizamos uma análise qualitativa do comportamento das nomeações a partir do exame de 66 exemplares de textos escritos, pertencentes aos gêneros jornalísticos, acadêmicos e epistolares, distribuídos da seguinte maneira:

Epistolares (21): 3 cartas pessoais, 3 bilhetes, 15 cartas oficiais

Jornalísticos (22): 10 cartas ao leitor, 12 editoriais

Acadêmicos (23): 3 artigos científicos, 20 resumos acadêmicos,

Apesar de os gêneros “carta ao leitor” receberem a designação de “cartas”, não manifestam inteiramente, a nosso ver, as características próprias dos gêneros epistolares, não somente por não se organizarem segundo o formato externo típico, mas ainda por terem caráter não-dialógico. Principalmente por seu conteúdo, elas se aproximam dos editoriais, sobretudo em revistas como *Veja* e *Istoé*, em que só raramente se encontram indicações de apelo ao leitor.

Provisoriamente, agrupamo-las entre os textos jornalísticos, a despeito de sua natureza híbrida, porque julgamos que, de algum modo, se avizinham dos editoriais, não apenas pelo suporte (ou veículo) – de vez que aparecem em revistas –, mas também pelo conteúdo, que informa, geralmente, sobre a matéria de destaque, bem como pelo desenvolvimento argumentativo do texto.

Para identificar os subtipos de nomeações, consideramos os seguintes critérios:

- formais: realização por pronome ou por sintagma nominal; determinação por artigo definido ou por demonstrativo, ou por advérbio; presença/ausência de modificadores no sintagma;
- discursivos: função referencial, atributiva ou apenas sinalizadora das nomeações; referenciação anafórica ou dêitico-discursiva; status informacional;
- semânticos: traços lexicais dos nomes nos rótulos – valor axiológico, classificação metalingüística, grau de genericidade.

Os resultados nos têm levado à constatação geral de que as nomeações não se distribuem do mesmo modo em todos os gêneros, nem em termos de quantidade, nem em termos de traços descritivos. Uma rápida comparação entre os três gráficos seguintes pode dar a exata medida da discrepância de ocorrências entre os gêneros analisados:



Gráfico 1:

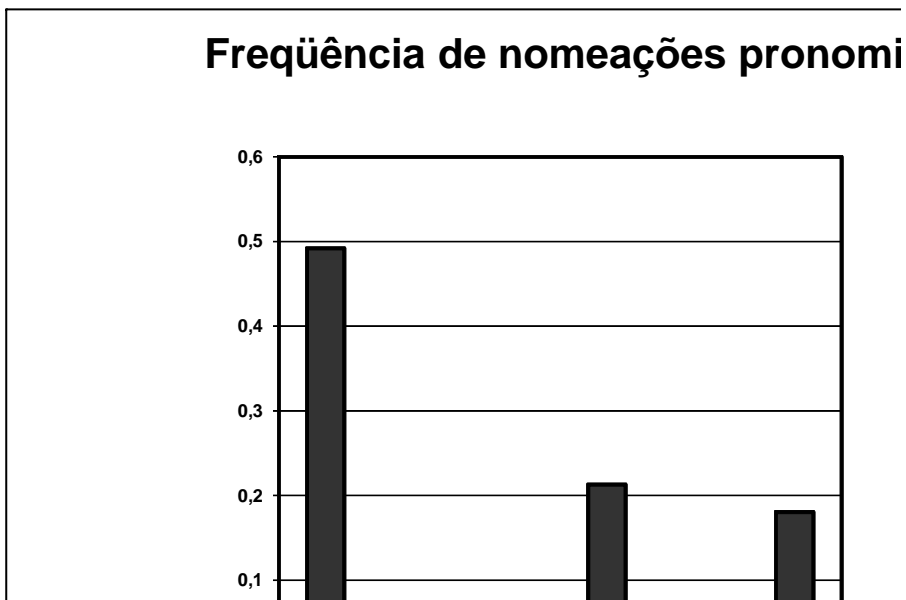


Gráfico 2:

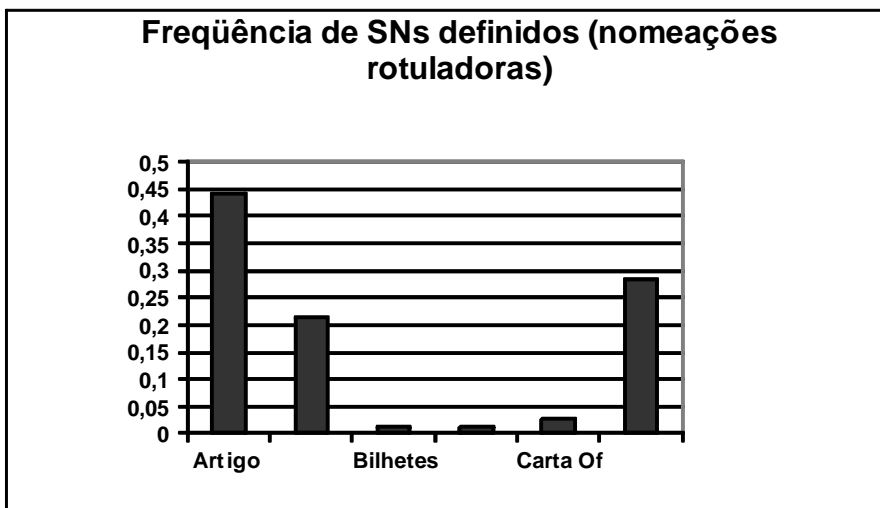
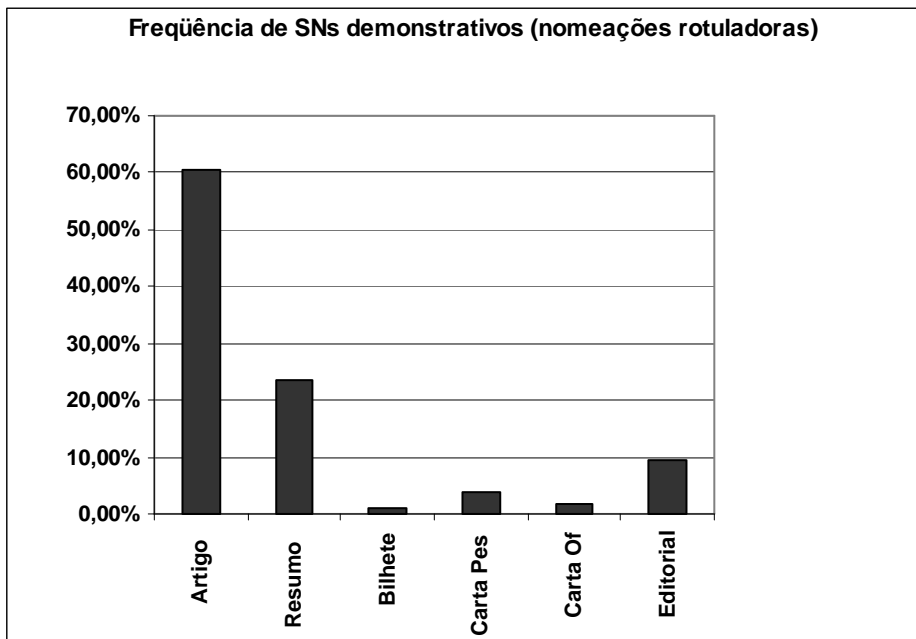


Gráfico 3:

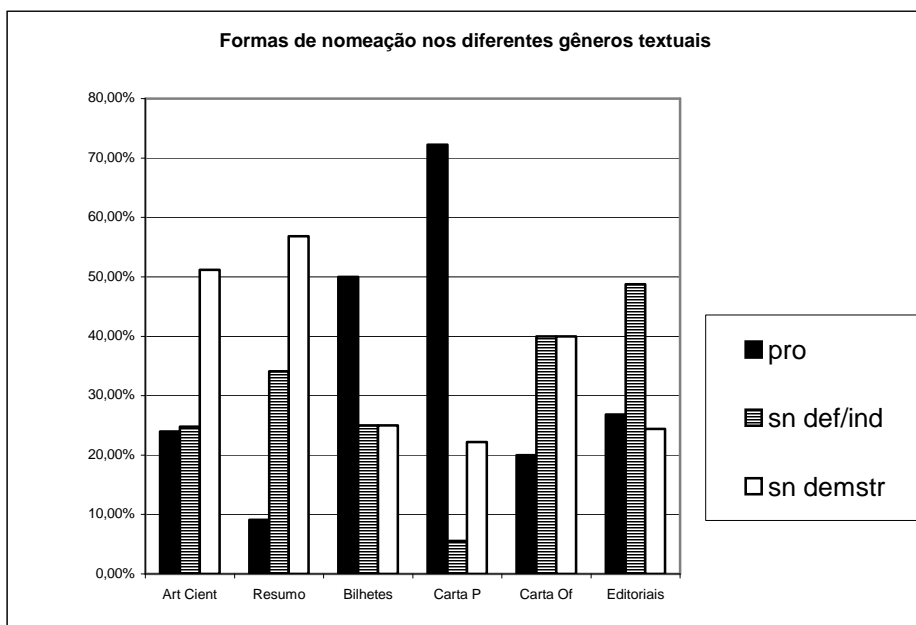


Salta à vista que as nomeações, quer pronominais, quer nominais (rótulos) são muito mais frequentes nos gêneros acadêmicos do que em quaisquer outros. Isto sugere que o discurso acadêmico é bastante propício ao aparecimento deste fenômeno, o que se justifica, talvez, pela densidade muito própria desse discurso, que deve exigir constantes recapitulações que ajudem na organização dos conteúdos. É necessário que se investiguem as razões pelas quais as nomeações são mais recorrentes em artigos científicos do que em resumos.

Já nas cartas oficiais e bilhetes, praticamente não se encontram encapsuladores. Nos bilhetes, isso se justifica pela brevidade do texto, em que constam apenas informações rápidas, quase que telegráficas. Pelas características do próprio gênero, portanto, tipificado pelo pouco volume textual, não se poderia esperar, de fato, a presença de nomeações.

Note-se que os editoriais, assim como os gêneros acadêmicos, também recorrem bastante às nomeações. O gráfico 4, abaixo, exhibe o percentual das diferentes formas de nomeação dentro de cada grupo de gêneros – mas não comparativamente. Pelos resultados, vemos que as expressões nomeadoras, nos editoriais, são realizadas predominantemente por sintagmas nominais, ou seja, por rótulos. Mas, ao contrário dos acadêmicos, que se utilizam mais frequentemente de rótulos demonstrativos, que operam como dêiticos discursivos, os editoriais empregam geralmente rótulos definidos, que funcionam como anáforas.

Gráfico 4:



A distribuição das formas dentro de cada gênero revela, ainda, que bilhetes e cartas pessoais, embora, como vimos, quase não se valham de nomeações, quando o fazem, apelam quase sempre para formas pronominais. Este resultado deve ser mais apropriado aplicado às cartas pessoais e possivelmente se justifica pelo baixo esforço cognitivo requerido nas situações de maior espontaneidade.

Se examinarmos especificamente as nomeações por rótulos, veremos que nem sempre as estratégias de rotulação, como pretendem Francis (1994) e Conte (1996), expressam os propósitos argumentativos do enunciador. Os gráficos 5 e 6, a seguir, mostram os percentuais de rótulos avaliativos dentro de sintagmas nominais demonstrativos e definidos/indefinidos, respectivamente:

Gráfico 5: Frequência de valor avaliativo em rótulos demonstrativos dentro de cada grupo de gêneros

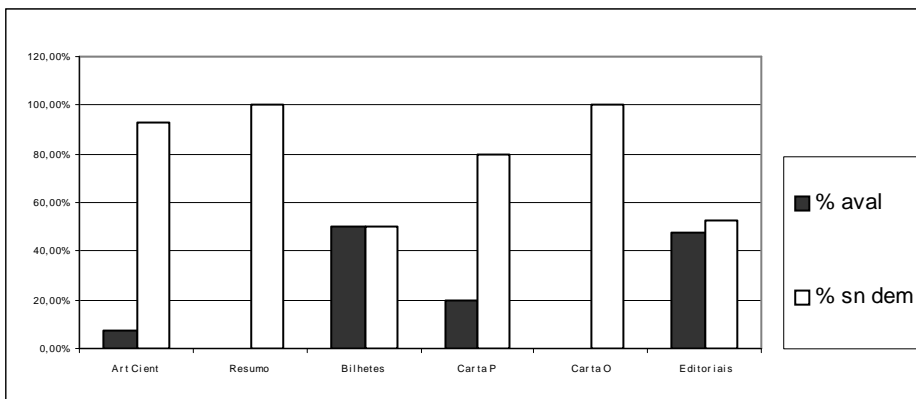
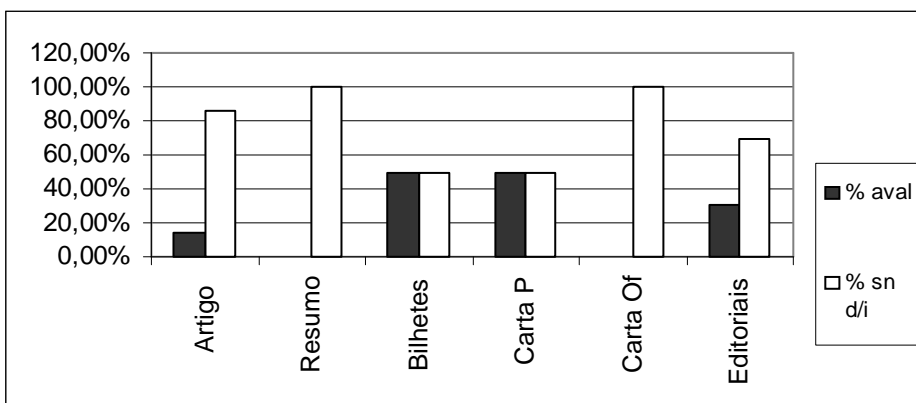


Gráfico 6: Frequência de valor avaliativo em rótulos definidos/indefinidos dentro de cada grupo de gêneros.



Em artigos científicos, os rótulos tanto demonstrativos quanto definidos/indefinidos só raramente têm função avaliativa, isto é, não cumprem o papel de atribuir ao conteúdo resumido um ponto de vista do falante que contribua para a construção argumentativa. Em resumos, não foi registrada nenhuma ocorrência de sintagmas avaliativos.

Nas cartas pessoais, quando se empregam rótulos, eles tendem a comportar pontos de vista do enunciador, provavelmente pelo ambiente propício a subjetividades que caracteriza este gênero.

Numa análise geral, os editoriais nos pareceram os gêneros que mais se valem dos rótulos como suporte de valores axiológicos que atendam a propósitos argumentativos.

## CONSIDERAÇÃO FINAL

As conclusões a que chegamos até este ponto da pesquisa são ainda muito primárias, mas já apontam para campos ainda desabitados que esperam por investigações mais profundas. É preciso que se analisem, separadamente, as características textuais dos gêneros aqui examinados e se reflita melhor sobre as relações entre a organização das informações em cada um e as funções que os diferentes tipos de nomeação exercem nos desenvolvimentos discursivos.

## REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, Denis. (1995). *Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*. Tese (Doutorado), Université de Neuchâtel.
- APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. (1997). Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: MULDER, W. de; RYCK, L.T.; VETTERS, C. (eds.). *Relations anaphoriques et (in)cohérence*. Amsterdam: Rodopi. p. 159-86.
- CAVALCANTE, Mônica M. (2000). *Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos*. Recife, 205p. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
- \_\_\_\_\_. (2001). *Demonstrativos – uma condição de saliência*. /Trabalho apresentado por ocasião do II Congresso Internacional da ABRALIN - Fortaleza.
- CONTE, Maria-Elisabeth. (1996). Anaphoric encapsulation. *Belgian Journal of linguistics*, 10. p. 1-10. /Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante/.
- DUCROT, Oswald. (1977). *Princípios de semântica lingüística – dizer e não dizer*. Tradução de Carlos Vogt; Rodolfo Ilari; Rosa A. Figueira. São Paulo: Cultrix.
- EHLICH, Konrad. (1982). Anaphora and deixis: same, similar, or different? In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) *Speech, place and action: studies in deixis and related topics*. New York: John Wiley and Sons. p.315-38.
- FRANCIS, Gill. (1994). *Advances in written analysis*. London: Ed. Routledge. /Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante, Valéria Sampaio Cassan de Deus e Thatiane Paiva de Miranda.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. (1973). *Cohesion in spoken and written english*. Londres: Longman.
- KOCH, Ingedore G.V. (1997). *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_. (2001). *A referência como atividade cognitiva e interacional*. /Conferência apresentada no II Congresso Internacional da ABRALIN. Fortaleza.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. (2000). *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. /Texto remetido para publicação nos anais do Congresso do CelSul. Curitiba.
- PRINCE, Ellen F. (1992). The ZPG letter: subjects, definiteness, and information-status. In: MANN, W.C.; THOMPSON, S.A. (eds.) *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Amsterdam/Philadelph: J. Benjamins. p. 295-325.
- ZAMPONI, Graziela. (2001). *O determinante demonstrativo em sintagmas nominais*. /Conferência apresentada no II Congresso Internacional da ABRALIN. Fortaleza.